

Milton Arruda preside a Abem



O professor Milton de Arruda Martins, titular da disciplina de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, é o novo presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem). Arruda foi eleito com mais de 60% dos votos do Colegiado de Delegados da entidade em eleição realizada durante o XLII Congresso da Abem, em novembro, em Vitória (ES).

Milton de Arruda Martins, diretor do Serviço de Clínica Geral do Hospital das Clínicas, presidente da Comissão de Ensino de Graduação FMUSP e coordenador do Centro de Desenvolvimento de Educação Médica, presidirá a Abem no biênio 2004/2006. Após ser eleito, ele concedeu a seguinte entrevista ao Jamb:

Quais são as prioridades da nova diretoria? Qual o maior desafio da ABEM hoje?

Milton Arruda - Pretendemos dar prioridade, para o próximo biênio, à missão fundamental da ABEM, que é de contribuir para que todas as escolas médicas do Brasil formem um médico de qualidade, com compromisso ético e de acordo com as necessidades de nossa sociedade. A diretoria da ABEM deve exercer um papel de liderança e de organização nacional das reflexões e ações para a melhoria da formação médica e ter como princípios de atuação: participação democrática de todas as escolas médicas, docentes e estudantes; construção coletiva; valorização da competência e da produção do conhecimento nas diversas áreas da educação médica; postura ética e de compromisso e responsabilidade social; diálogo com gestores, entidades médicas e usuários do sistema de saúde; respeito às especificidades regionais e de cada escola médica; transparência e divulgação de suas posições e ações; defesa de uma assistência à saúde de excelente qualidade para toda nossa população; participação intensa na Residência Médica, considerando que a formação médica tem que ser discutida e definida pensando-se em um projeto único, que envolva a graduação, a especialização e a educação continuada; contribuição para a constituição de um processo de avaliação das escolas médicas coerente com as diretrizes curriculares, com o compromisso social das escolas médicas e com a formação de profissionais de elevada competência, ética e responsabilidade social.

Como esta diretoria pretende atuar para combater a abertura indiscriminada de escolas médicas?

Milton Arruda - Somos contrários à abertura indiscriminada de novas escolas médicas e continuaremos participando de estudos com o objetivo de definir as reais necessidades de médicos em nosso país, defendendo a posição de que o número de vagas nas escolas médicas e nas residências médicas das diversas especialidades seja definido a partir do número de médicos necessários para um atendimento de qualidade às diversas necessidades de saúde de nossa sociedade.

Como deve ser o relacionamento entre a ABEM e as entidades médicas nacionais - AMB, CFM e Fenam - durante este mandato?

Milton Arruda - Manter um excelente relacionamento com as entidades médicas nacionais e estaduais é uma das prioridades da nossa diretoria. Pretendemos buscar maior diálogo e unidade de ação com as entidades médicas, em especial com a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos.

É possível uma avaliação mais rigorosa dos profissionais nas próprias faculdades?

Milton Arruda - A responsabilidade principal pelo médico que está sendo formado é das escolas médicas. As escolas médicas, nesse sentido, têm a responsabilidade de formar médicos competentes, com postura ética e responsabilidade social e só dar diploma às pessoas que tiverem adquirido os conhecimentos, habilidades e atitudes para exercer sua profissão dentro dessa perspectiva.

Qual a posição da nova diretoria da ABEM sobre o exame de habilitação profissional para recém-formados em medicina, que inclusive será realizado pelo Cremesp em caráter experimental neste ano?

Milton Arruda - Somos contrários à implantação imediata de qualquer tipo de exame de habilitação profissional. Entretanto, consideramos fundamental que uma discussão aprofundada seja feita, envolvendo as vantagens e desvantagens de exames de qualificação, uma discussão com participação das entidades médicas, das escolas médicas, dos estudantes e da sociedade. Experiências devem ser feitas e avaliadas com critério, antes de uma decisão definitiva. Qualquer discussão de um eventual exame deve ter, como pano de fundo, nossa responsabilidade de formar médicos de elevada competência e a responsabilidade de avaliar continuamente todas as escolas médicas.

Qual a avaliação dos atuais programas de Residência Médica? E como devem ser os processos de seleção?

Milton Arruda - Estamos em um momento muito importante, de aperfeiçoamento da Residência Médica em nosso país. A Residência Médica é a melhor maneira de formar médicos especialistas e tem cumprido esse papel no Brasil. A Residência Médica é, hoje, uma prioridade para a ABEM. A formação de graduação e de especialização devem ser pensadas de forma integrada. Nesse sentido é fundamental continuar a ter uma participação ativa na Comissão Nacional de Residência Médica. Consideramos prioritária a discussão do processo de seleção para a Residência Médica, como um processo que seja totalmente de acordo com as Diretrizes Curriculares, sinalizando, para o estudante, a importância de se dedicar ao aprendizado dos conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o médico de formação geral. É, também, importante estabelecer um processo adequado de avaliação dos programas de Residência Médica e a definição de vagas nas diversas especialidades em função das necessidades da sociedade. Nesse processo, também é fundamental a parceria com a Associação Médica Brasileira e com o Conselho Federal de Medicina. Os processos de seleção para a Residência Médica devem visar avaliar

os conhecimentos, habilidades e atitudes de um médico geral. O programa dos exames de Residência deve ser coerente com as Diretrizes Curriculares para os cursos de medicina. As habilidades e atitudes fundamentais para um médico geral devem ser a prioridade na avaliação dos candidatos. Nesse sentido somos defensores da implantação da prova prática para o acesso à Residência Médica. As primeiras experiências feitas este ano foram um sucesso. A existência de avaliação prática para a Residência vai sinalizar para os estudantes que o fundamental em sua formação é adquirirem competências médicas, nos ambulatorios, unidades básicas de saúde, enfermarias e serviços de emergência e não ficarem estudando em casa e freqüentarem "cursinhos". Um exame cada vez mais geral e prático pode contribuir, de forma importante, para a transformação do ensino médico.

Qual a formação que precisamos para os médicos de hoje?

Milton Arruda - Com a participação das escolas médicas, de docentes, estudantes e representantes das principais entidades médicas brasileiras, foi realizado, pela CINAEM (Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico), um amplo diagnóstico da situação das escolas médicas e do ensino médico, concluindo-se pela necessidade de haver uma ampla transformação da escola médica, com o desenvolvimento de currículos que levem em conta, seriamente, as necessidades de saúde de nossa população. Deslocar o centro do processo de ensino-aprendizagem da transmissão de conhecimentos para a aprendizagem baseada na prática da assistência às pessoas e às comunidades foi uma proposta central da CINAEM. A necessidade de mudanças nas áreas da gestão dos cursos, capacitação docente, processo de formação e avaliação foram, também, conclusões da CINAEM. Com a experiência adquirida com os trabalhos da CINAEM, tivemos uma participação importante na elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de Medicina, que hoje constituem os princípios gerais para a formação de um médico e para a estruturação de um currículo de formação em Medicina. A partir da definição das Diretrizes Curriculares, as escolas médicas brasileiras devem formar um "médico com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano". Formar nossos médicos de acordo com as Diretrizes Curriculares é a nossa principal responsabilidade.

Em Portugal, a Ordem dos Médicos controla não apenas o número de vagas na graduação como o número de especialistas em cada área. É um modelo a ser seguido? O sr. acredita que uma entidade que reunisse as funções associativa e conselhal no Brasil poderia exercer tal papel?

Milton Arruda - Considero fundamental que haja uma definição, em nosso país, do número de médicos que devem ser formados por ano e do número de especialistas em cada área. Não é uma definição fácil, mas é necessária. O fundamental é que essa definição tenha como objetivo que todos os brasileiros possam ter acesso a atendimento de boa qualidade. As entidades médicas são fundamentais nessa definição, mas é também fundamental que as escolas médicas (docentes e estudantes), os gestores da área da saúde e a sociedade civil participem.

O que pensa do Promed?

Milton Arruda - O Promed foi uma primeira iniciativa do Ministério da Saúde de fornecer recursos para a mudança de escolas médicas no sentido de aprimorar a formação médica dentro do estabelecido pelas Diretrizes Curriculares. Consideramos importante que haja esse papel do Ministério da Saúde, mas oferecendo recursos com critérios transparentes, não a apenas poucas escolas, e respeitando as vocações de cada instituição e as diferenças regionais, além de realizar uma avaliação rigorosa da utilização desses recursos.

Como as escolas médicas podem contribuir para amenizar os conflitos entre médicos e outros profissionais de saúde?

Milton Arruda - Considero que, no Brasil, os conflitos entre as diferentes profissões da área da saúde são pequenos e de fácil solução. Essa solução passa pelo diálogo entre as profissões e entre suas respectivas entidades profissionais. A contribuição que as escolas médicas podem e devem dar é mostrando continuamente a importância de todas as profissões da área da saúde para um cuidado que seja realmente integral, é claro que dentro das atribuições específicas de cada uma delas.

Cremesp vai à Justiça contra revalidação automática de diplomas

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) divulgou comunicado manifestando-se contrário à disposição do governo federal de revalidar automaticamente os diplomas de bolsistas brasileiros da Escola Latino-Americana de Medicina, de Cuba. O Departamento Jurídico do Conselho foi convocado para estudar as medidas legais cabíveis para barrar o acordo, caso este seja, de fato, celebrado.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo considera extremamente preocupante a incorporação, ao atendimento à saúde do Brasil, de médicos que não se submeteram à prova de revalidação de diploma e que, por consequência, podem ter formação inadequada para responder às necessidades da assistência do País.

Segundo o comunicado, o precedente que ora se acena abrir para Cuba, além de risco iminente à saúde dos brasileiros, pode gerar uma avalanche de pedidos de semelhante tratamento por parte de países da América Latina e de outros de língua portuguesa. O resultado seria uma imigração em massa que reduziria ainda mais o mercado de trabalho dos médicos e aviltaria, também mais, os vis honorários praticados hoje.

O Cremesp defende que esses profissionais, assim como quaisquer outros formados fora do País, inclusive os brasileiros, têm de passar obrigatoriamente pelo exame de revalidação, para que seja atestada a adequação às características do sistema de saúde do Brasil. Ao final, o comunicado destaca: a medicina lida com vidas humanas e, portanto, não pode ter seu destino pautado por interesses supostamente diplomáticos, e muito menos por questões partidárias e ideológicas.